

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Apresentação | 9 |
| I – O fenómeno financeiro público e sua expressão internacional | 13 |
| 1. Necessidades públicas, bens coletivos e bens públicos | 15 |
| 2. O fenómeno financeiro público, o Estado e organizações internacionais . . | 22 |
| II – O Orçamento do Estado português após o «Semestre Europeu» | 29 |
| 1. Funções nucleares do Orçamento do Estado | 31 |
| 2. Outras funções financeiras fundamentais e o papel central do Parlamento | 41 |
| 3. A questão da soberania financeira dos Estados membros da União Europeia | 45 |
| 4. Repartição e exercício dos poderes financeiros pelo Estado e pela União | 54 |
| III – O equilíbrio orçamental e a sustentabilidade financeira | 59 |
| 1. Conceito de equilíbrio orçamental | 61 |
| 2. Critérios de equilíbrio orçamental substancial | 64 |
| 3. Critérios de equilíbrio orçamental adotados em Portugal | 71 |
| 4. Análise de síntese sobre os critérios de equilíbrio orçamental | 77 |
| 5. Efeitos do equilíbrio orçamental e equilíbrio económico geral | 80 |

| | |
|---|------------|
| 6. O equilíbrio orçamental na Lei de Enquadramento de 2001. | 83 |
| 7. Obrigações financeiras decorrentes da União Europeia. | 86 |
| 8. A atual Lei de Enquadramento Orçamental, estabilidade e sustentabilidade | 90 |
| IV – As novas regras de governação económica e supervisão orçamental | 101 |
| 1. Justificação da governação económica e da supervisão orçamental e da dívida | 103 |
| 2. Do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) ao Semestre Europeu | 114 |
| 3. A reforma da governação económica e da supervisão orçamental de 2024 | 121 |
| 4. As novas regras europeias de coordenação económica e supervisão orçamental | 129 |
| 5. Os novos Planos Orçamentais-Estruturais de Médio Prazo e sua aplicação. | 136 |
| 6. Supervisão multilateral flexível e convergência económica e orçamental efetiva | 145 |
| 7. Cumprimento e eficácia das novas regras de governação económica e supervisão orçamental | 152 |
| V – O sistema financeiro europeu e os sistemas financeiros nacionais. . . | 159 |
| A) Evolução do sistema financeiro das Comunidades e da União Europeia | 159 |
| B) Principais mutações estruturais das finanças europeias | 173 |
| C) Funções financeiras do Estado e da União | 185 |
| VI – Um processo de integração internacional baseado na solidariedade. | 203 |
| 1. Igualdade entre os membros da União Europeia e identidade nacional . | 206 |
| 2. Cooperação leal e solidariedade entre Estados e povos europeus | 216 |
| VII – Quatro décadas de Portugal «na Europa»: antes e depois dos fundos europeus | 231 |
| A) Nem sempre a caminho da prosperidade e da coesão | 233 |

| | |
|--|-----|
| B) Os fundos europeus e Portugal: relevância e resultados contraditórios | 238 |
| 1. Justificação dos fundos europeus: a coesão económica, social e territorial. | 240 |
| 2. Efeitos redistributivos dos fundos europeus. | 247 |
| 3. Perda da posição económica de Portugal face aos restantes países europeus. | 252 |
| 4. A inquietante ausência de convergência real de Portugal com a média europeia | 258 |

